



Juiz põe fiscais ao lado de pesquisadores de institutos

Os institutos de pesquisa estão sob o crivo da Justiça Eleitoral em Maringá, cidade paranaense com 330 mil moradores e 215 mil eleitores. Desconfiado da manipulação de números, o juiz René Pereira da Costa decretou: uma equipe de fiscais acompanhará entrevistadores das empresas especializadas para assegurar se os resultados refletem a realidade.

Atitude possivelmente inédita no país e inesperada pelos partidos políticos que disputam as eleições, a decisão do magistrado tornou-se o principal assunto na atual campanha em Maringá. Destacou-se muito mais que os próprios debates no rádio e na televisão.

O descumprimento da lei resultará na aplicação de uma multa estipulada entre R\$ 53 mil e R\$ 106 mil. Inicialmente, coordenadores das campanhas imaginaram que a drástica providência seria utópica. Quando o juiz anunciou de que maneira agiria para obter êxito nesse trabalho, a ficha caiu. Ele quer mesmo um acompanhamento rigoroso, passo a passo, no centro e na periferia. Exigiu que os institutos informem dia, hora, local e número de entrevistadores. “Precisamos garantir a lisura e a transparência do processo”, alertou.

Sem dispor de funcionários em número suficiente para fiscalizar os institutos, o juiz organizou um mutirão: requisitou servidores do Comissariado de Menores, da Associação Comercial e da Universidade Estadual de Maringá.

Agora, cada pesquisador irá a campo acompanhado de uma pessoa nomeada pela Justiça Eleitoral. Esse fiscal permanecerá o tempo todo ao lado do pesquisador, ouvindo e vendo de que maneira ele aborda o entrevistado e o que este lhe responde. Poderá anotar tudo, para uma boa prestação de contas.

O juiz René Pereira reuniu a imprensa e justificou a sua decisão, sob o argumento de que alguns resultados transformaram-se em chacota na cidade pelo fato de apresentarem divergências de números. “A cada dia sai um levantamento, dizendo que o candidato A ou B está na frente”, comentou.

Concordando com a missão proposta pelo magistrado, de acompanhar o dia-a-dia dos institutos, o Ministério Público também entende que existem irregularidades. A promotora Elza Kimie, por exemplo, disparou: “Observo que os candidatos descobriram a importância disso e patrocinam as pesquisas eleitorais. Ninguém aqui é ingênuo”.

Sentindo resistência de alguns institutos, o juiz foi objetivo, afirmando que aqueles que se negarem a acatar a determinação pagarão as multas de lei. “Se não quiserem pagá-las, recorram”, sugeriu. Um dos maiores colégios eleitorais do Paraná, Maringá certamente assistirá a cenas interessantes nos próximos dias, caso os fiscais arrematados pela Justiça Eleitoral flagrem irregularidades.

Date Created

12/09/2004